

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 04/2025**

**Senhores(as) Vereadores(as),**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jaguari, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tem a honra de submeter à apreciação do Plenário o presente **Projeto de Lei que “DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO VALE FEIRA AOS SERVIDORES EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

A iniciativa está em consonância com o que já vem sendo praticado pelo Poder Executivo, conforme Projeto de Lei nº 014/2025, que institui benefício semelhante aos servidores da Administração Municipal. Inspirando-se nesse modelo e na exitosa repercussão socioeconômica que o Vale Feira representa, propõe-se a extensão do referido benefício aos **servidores efetivos do Poder Legislativo**, como forma de valorização funcional, incentivo ao consumo consciente e fortalecimento da agricultura familiar local.

O benefício se alinha, ainda, às políticas públicas voltadas à segurança alimentar e ao estímulo da economia sustentável, promovendo o acesso a alimentos saudáveis e incentivando a permanência das famílias no meio rural.

A Câmara Municipal de Jaguari entende que o fortalecimento de seus vínculos com a comunidade passa também pelo exemplo, e este projeto reforça o compromisso institucional com o desenvolvimento econômico e social do Município.

Assim sendo, encarecemos a aprovação da presente proposição.

Jaguari/RS, 10 de abril de 2025.

*Cátina Monteiro Frescura*

*Presidente*

*Lucas Denardi Cattelan*

*Vice-Presidente*

*Jaqueline Aparecida Dvoranovski Pivetta*

*1ª Secretária*

*Eva Bruna Machado Kaviez*

*2ª Secretária*

**PROJETO DE LEI DE INICIATIVA LEGISLATIVA N.º \_\_\_\_/2025**

**Dispõe sobre a concessão do Vale Feira aos servidores efetivos da Câmara Municipal de Jaguari e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 78, inc. IV da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, o benefício do **Vale Feira**, de participação facultativa, nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** São beneficiários do Vale Feira os servidores titulares de cargos efetivos da Câmara Municipal de Jaguari.

**Art. 2º** O benefício do Vale Feira se destina exclusivamente à aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar e da agroindústria, cadastrados perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, e comercializados junto à Feira Municipal de Jaguari.

**Art. 3º** O vale-feira será fornecido através de empresa especializada, por meio de tickets/cartão magnético e/ou mecanismo assemelhado, junto aos produtores, nas feiras, mediante contratação de empresa especializada, ficando a Câmara Municipal desde já autorizada a celebrar o contrato respectivo, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, inclusive quanto à licitação.

**Art. 4º** O valor mensal do Vale Feira será de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), com participação do servidor no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), mediante desconto em folha de pagamento.

**Art. 5º** O benefício de que trata esta Lei:

- I – não integrará a remuneração dos beneficiários;
- II – não será computado para efeitos de cálculo de quaisquer vantagens funcionais;
- III – não configura rendimento tributável;
- IV – não integra o salário de contribuição previdenciário.

**Art. 6º** Não farão jus ao benefício instituído nesta Lei os servidores que estiverem afastados do exercício de suas funções, ainda que em situações consideradas como de efetivo exercício.

§ 1º Excetua-se os afastamentos por motivo de férias e acidente de trabalho, hipótese em que os dias de afastamento serão considerados como efetivamente trabalhados, fazendo jus o servidor ao pagamento do auxílio.

§ 2º Na hipótese de afastamento inferior a 30 (trinta) dias, o servidor fará jus ao recebimento proporcional aos dias efetivamente trabalhados, tendo por base a efetividade do mês anterior ao recebimento.

§8º O Vale Feira terá validade de 30 (trinta) dias corridos a contar da sua disponibilização, sendo automaticamente cancelado após esse prazo, sem direito à restituição, revalidação ou compensação do valor não utilizado.

**Art. 7º** O servidor que possuir duas matrículas no Município, ou acumular cargo ou emprego na forma prevista na Constituição Federal, fará jus à percepção de um único valor.

Parágrafo único. Os valores, porventura, indevidamente recebidos, serão restituídos ou compensados no mês subsequente ao da apuração.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, ... DE ... DE 2025.

**IGOR ROSA TAMBARA,**  
**Prefeito Municipal.**

REGISTRADA NO LIVRO N.º      ÀS FLS.

E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO

EM:      /      /





**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO**

MUNICÍPIO DE JAGUARI (RS)

**PODER LEGISLATIVO**

**ESTUDO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Nº 002/2025**

**DATA: 09 / 04 / 2025**

Art 16, inciso I e § 4º inciso I da LC 101/2000

**Estudo da adequação orçamentária e financeira para a finalidade de geração de despesas em cumprimento ao disposto no Art. 16, inciso I § 4º, e Art. 17 da Lei Complementar nº 101-2000.**

EVENTO		Instituir e disponibilizar VALE ALIMENTAÇÃO para 01 (um) Servidor Estatutário.
X	Criação	
X	Expansão	
	Aperfeiçoamento	

**Vigência das Despesas**

Início	Fim
04/2025 (abril de 2025)	Indeterminado

**Descrição da Ação Criada, Expandida ou Aperfeiçoada**

Despesa Aumentada	1º ano	2º ano	3º ano
3.1 – Pessoal e Encargos			
3.2 – Juros e Encargos da Dívida			
3.3 – Outras Despesas Correntes	R\$ 495,00	R\$ 660,00	R\$ 660,00
4.4 – Investimentos			
4.5 – Inversões Financeiras			
4.6 – Amortização da Dívida			
<b>T O T A I S =====</b>	<b>R\$ 495,00</b>	<b>R\$ 660,00</b>	<b>R\$ 660,00</b>

**COMPATIBILIDADE COM O PPA LDO E LEI DE ORÇAMENTO**

No tocante à compatibilidade do aumento proposto com o PPA e a LDO, segundo que dispõe o art. 16, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) considera-se compatível a despesa quando a mesma se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

Nessa linha, a Lei Municipal que dispõe sobre o PPA do Município, bem como a LDO para o ano de 2025 (Lei Municipal nº 3.553/2024) efetivamente contemplam, nos seus anexos de metas e prioridades, os programas e ações orçamentárias pelas quais serão suportadas as despesas decorrentes das nomeações dos servidores abrangidos pelo presente estudo, conforme segue:

Programa	Ações Orçamentárias Correspondentes
0110	Programa de Gestão e Manutenção de Serviços



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Finanças

Já em relação a adequação orçamentária, o art. 16, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) entende que estará adequada a despesa quando, houver dotação específica e suficiente, **ou que esteja abrangida por crédito genérico**, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício. Assim, considerando os valores consolidados previstos no orçamento, aqui entendidos como os créditos genéricos a que refere a LRF, tem-se as seguintes posições:

**Verificação da Disponibilidade de Dotações Orçamentárias**


Rubrica	Dotação Prevista	Valores Totais a Empenhar considerando o aumento de gastos propostos	Diferença
3.1 – Pessoal e Encargos			
3.2 – Juros e Encargos da Dívida			
3.3 – Outras Despesas Correntes	77.322,84	495,00	0,00
4.4 – Investimentos			
4.5 – Inversões Financeiras			
4.6 – Amortização da Dívida			
Totais			

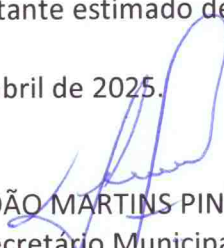
Portanto, em razão dos aumentos propostos nas despesas, as projeções indicam que:

( X ) há saldo orçamentário suficiente para suportar o acréscimo de gastos.

( ) não há saldo orçamentário suficiente para suportar o acréscimo de gastos, sendo necessário a abertura de créditos adicionais, no montante estimado de **R\$ 0,00**

Jaguari (RS), 09 de abril de 2025.

  
ROSANA DA SILVA BOLZAN  
Contadora Municipal  
CRC/RS 085968/O-7  
Portaria nº 125/11

  
JOÃO MARTINS PINHEIRO  
Secretário Municipal de Finanças  
Decreto nº 001/2025



**DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA**  
**LRF Art. 16 inciso II**

CÁTINA MONTEIRO FRESCURA, Presidente do Legislativo Municipal de Jaguari (RS), no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, para INSTITUIR O VALE ALIMENTAÇÃO;

**DECLARO** existir recursos orçamentários para a execução das despesas decorrentes do aumento proposto.

Declaro ainda, que a execução da despesa antes referida não contraria nenhum dispositivo legal, notadamente da Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e demais leis em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Jaguari (RS), 09 de abril de 2025

**CÁTINA MONTEIRO FRESCURA**  
**Presidente do Legislativo Municipal de Jaguari (RS)**